

TRANSFORMAÇÕES DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA FRENTE A CRISE FINANCEIRA SUBPRIME

Lorrana Priscilla Rocha Gomes¹, Carolinie Lemes Ferreira Rosa², Wallas Machado Marquez³,
Ednando Batista Vieira⁴

¹ Ciências Econômicas, PVIC/UEG, Campus Itumbiara, priscillalorrana@gmail.com.

² Graduada, Campus Itumbiara, Itumbiara, Goiás.

³ Graduando, Campus Itumbiara, Itumbiara, Goiás.

⁴ Docente, Campus Itumbiara, Itumbiara, Goiás.

RESUMO

A classe média torna-se cada vez mais relevante no cenário nacional. A partir de meados da década de 2010, ultrapassando 50% do total da população brasileira no ano de 2009.

O presente trabalho analisa as transformações ocorridas na referida classe no contexto da crise financeira internacional que, apesar de ter como epicentro o mercado imobiliário norte americano, afetou toda a economia mundial, inclusive o Brasil. Logo, realizou-se uma análise acerca das mutações da nova classe média no período da crise de 2008 bem como dos níveis de desigualdade, de formalização de emprego e de alguns gastos selecionados da POF de 2002-2003 e 2008-2009. A classe média sofreu uma retração bem pequena em meados de 2009 visto que essa diminuição só não foi pior porque ela recebeu muitos indivíduos da classe AB, que no final das contas, foi a mais prejudicada no contexto da crise. Houve um aumento do desemprego em 2008 com uma leve melhora em 2009. A desigualdade sofreu no início de 2009 sua primeira alta desde 2003. No âmbito do consumo, os gastos que se elevaram entre as duas pesquisas foram: aluguel; eletrodomésticos; aquisição de imóveis e; empréstimos e carnês.

Palavras-chave: Crise financeira *subprime*; Classe média; Consumo Familiar; Desigualdade Social.

1. INTRODUÇÃO

A classe média apresentou uma mudança no padrão de consumo, poupança, demanda por crédito e oferta de mão de obra, em resposta as metamorfoses ocorridas na distribuição de renda do Brasil na década de 2000, como sugere Barros et al (2010). Desse modo, com o *boom* da crise financeira de 2008, essas variáveis sofreram com os impactos advindos da economia mundial e das políticas de contenção do governo.

Isso pois, em resposta à crise financeira deflagrada em 2007 com a bolha hipotecária *subprime* dos Estados Unidos, o governo federal brasileiro aplicou políticas monetárias e fiscais anticíclicas nos anos de 2008 e 2009. Tais políticas tinham o intuito de impedir que o caos instalado internacionalmente contagiasse a economia brasileira, além de retomar o padrão da atividade econômica em que o país se encontrava o quanto antes (BARBOSA e SOUZA, 2010, p. 22).

As medidas do governo federal foram decompostas em três grupos por BARBOSA e SOUZA (2010): o primeiro abrange as medidas pré-crise, que beneficiaram a economia durante a crise em si; o segundo engloba medidas de emergência passageiras, executadas durante a crise; o terceiro associa-se às ações estruturais que ajudaram no combate à crise e continuaram depois que sua pior fase passou. Entre os programas realizados antes da crise e que contribuíram para conter seus efeitos negativos na atividade econômica, cinco são os mais importantes. São eles, o aumento do salário mínimo; elevação da rede de proteção social; a ampliação do investimento público; as desonerações programadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); e por fim, a reestruturação dos salários e do efetivo do serviço público federal (BARBOSA e SOUZA, 2010, p. 22).

Nesse contexto, este trabalho pretende analisar as alterações de padrão da classe média no contexto da crise financeira de 2008, abordando: as mutações ocorridas nos extratos sociais brasileiros; como os níveis de desigualdade e emprego se alteraram e; as variações no consumo das famílias da classe média, diagnosticadas por meio de uma seleção de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

2. ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

A estratificação social, para Silva (1981), consiste numa disposição hierárquica dos grupos ou indivíduos numa escala. Hirano (1974) completa afirmando que essa divisão

constitui uma característica universal das sociedades humanas que assume formas diferentes no tempo e no espaço.

No contexto brasileiro a divisão das classes sociais tem como característica primordial o nível de desagregação em três grupos de renda, de acordo com o estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV):

Tabela 1: Divisão das Classes Sociais a partir da Renda Domiciliar Total de todas as fontes (em R\$) – atualizado a preços de dezembro de 2008.

Limites	Inferior	Superior
Classe E	0	768
Classe D	768	1064
Classe Média – C	1064	4591
Elite - Classes A e B	4591	

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (2008).

A tabela 1 traz a divisão de classes sociais a partir da renda domiciliar, ou seja, a renda da família. Tais limites foram estabelecidos a partir da definição de miséria¹, calculada tradicionalmente pelo Centro de Políticas Sociais² (CPS) da Fundação Getúlio Vargas. As pessoas que vivem na linha da pobreza ou miséria compõem a classe E. Já a renda dos outros grupos foi estabelecida com base em pontos focais de distribuição de renda domiciliar *per capita* da nova Pesquisa Mensal do Emprego (PME)³ de 2002 a 2006, pois os autores da pesquisa visavam obter referências monetárias fixas em termos reais fixos para ter grupos variáveis. Utilizou-se o conceito de renda domiciliar *per capita*, porém, o resultado foi demonstrado em renda total do domicílio (NERI, 2008).

A renda da Classe D vai da linha da miséria até a mediana do período todo. Já a renda da Classe C, ou “Nova Classe Média”, vai da mediana de renda de todo período até linha que separa os 10% mais ricos do restante de população. Por fim, o grupo da elite composto pelas

¹ Pobreza ou miséria, para o FGV, consiste na Classe E, ou seja, aqueles que possuem renda domiciliar (onde vivem *aproximadamente* 4,31 pessoas), abaixo de R\$ 768. (NERI, 2008)

² “O Centro de Políticas Sociais (CPS/FGV) busca contribuir para o desenvolvimento com equidade no Brasil mediante o estreitamento entre a pesquisa aplicada, o debate na sociedade e a implantação de políticas públicas.” Disponível em: <http://cps.fgv.br/apresentacao>

³ “A Pesquisa Mensal de Emprego produz indicadores mensais sobre força de trabalho que permitem avaliar as flutuações e a tendência, a médio e longo prazos, do mercado de trabalho, nas suas áreas de abrangência, constituindo um indicativo ágil dos efeitos da conjuntura econômica sobre esse mercado, além de atender a outras necessidades importantes para o planejamento socioeconômico do País.” A pesquisa abrange seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/

classes A e B, é o responsável pelo alto nível de concentração de renda brasileiro, na relação com outros países.

Também pode-se delimitar classes sociais (E, D, C, B2, B1, A2, A1), como aponta Neri (2008), a partir do potencial consumo da mesma maneira do chamado Critério Brasil⁴ onde a Classe Média também é denominada de Classe C. Esta divisão é efetuada baseando-se no impacto de bens sobre medidas de acesso a bens duráveis e seu respectivo número (TV, rádio, lava-roupa, geladeira e freezer, videocassete ou DVD), banheiros, empregada doméstica, e nível de instrução do chefe de família. Também é considerada, para mensurar a evolução da nova classe média no Brasil, a capacidade de permanecer no mesmo padrão de consumo com o passar do tempo.

O conceito da Nova Classe Média Brasileira tem como ponto basilar a renda familiar *per capita* variante entre R\$291,00 a R\$1019,00, estabelecida, em 2012, pela comissão de especialistas da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), órgão vinculado à Presidência da República do Brasil (CRUZ, 2012). A nova classe média também é denominada “Classe C” e encontra-se abaixo da AB e acima da D e E. A classe C obtém em média a renda média da sociedade no sentido estatístico. (NERI, 2008)

Além do fato destas famílias terem aumentado sua renda, existe o apontamento referente ao aumento do consumo de bens e serviços supérfluos, também se notou uma melhoria na qualidade destes bens e serviços consumidos. Essa Nova Classe Média pode ser subdividida em três níveis, de acordo com sua faixa de renda: a baixa classe média, composta por pessoas com renda familiar *per capita* entre R\$ 291 e R\$ 441; a média classe média, com renda estabelecida entre R\$ 441 e R\$ 641 e a alta classe média, com renda superior a R\$ 641 e inferior a R\$ 1.019 (CRUZ, 2012).

Enquanto em 2003, 40% da população brasileira tinha renda *per capita* inferior à linha da pobreza, no ano de 2009, o percentual caiu para 24%. Em outras palavras, houve uma queda acentuada na pobreza do Brasil. A queda representa, em termos absolutos, 24 milhões de pessoas. Também se notou uma redução no grau de desigualdade da distribuição de renda, já que o crescimento da renda dos 10% mais pobres foi de 5,1% e dos 10% mais ricos, apenas 2,4% entre 1999-2009. A redução da desigualdade também foi notada pelo cálculo do Índice

⁴ “O Critério de Classificação Econômica Brasil estima o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de classes sociais. A divisão de mercado definida em 2008 é das classes econômicas.” Disponível em: <http://www.abep.org/new/criterioBrasil.aspx>

de Gini⁵, que de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), em fevereiro de 2003 marcou 0,6105, já em fevereiro de 2009 marcou 0,5713 (BARROS et al, 2010?).

De modo mais abrangente, Messias (2013) diz que a evolução da nova classe média ou classe C, foi favorecida por várias circunstâncias, por exemplo, a ascensão da economia brasileira atual quando comparada ao cenário lastimável da década de 1980, os programas sociais desenvolvidos e fixados pelo poder público e o aumento da oferta de crédito disponibilizado. Este último fator conferiu maior poder de consumo às pessoas que outrora estiveram distantes dos bancos e do crédito e, atualmente, são consideradas clientes potenciais de empresas e bancos.

3. OS IMPACTOS DA CRISE SOBRE A CLASSE MÉDIA

O período de 2003 a 2008 foi marcado pelo crescimento econômico expressivo vivido pelo Brasil. Também se notou a redução da pobreza e uma melhora nos indicadores de distribuição de renda. Durante a crise financeira de 2008, os níveis de desigualdade se alteraram claramente.

Nesse sentido, índice de Gini apresentou uma queda significativa, passando de 0,627 em abril de 2002 para 0,548 em abril de 2008. A elevação do índice de Gini prova a queda da desigualdade no país acompanhada do cenário econômico favorável. No Brasil, a tendência do índice de Gini *per capita* de todas as fontes permaneceu estacionado em torno de 0,6 entre 1970 e 2000 (NERI, 2008). A primeira alta no referido índice desde 2003 ocorreu no mês de janeiro de 2009 (0,581) como consequência direta da crise sobre a desigualdade (NERI, 2009b).

Com a crise, dezembro de 2008 apresentou uma destruição de 654.946 postos de trabalho. Entre janeiro e setembro do mesmo ano, as estatísticas foram positivas, a média mensal de geração de empregos era de 232 mil novas vagas. Desde então o cenário desacelera, 2008 encerrou-se com 1.458.807 novos postos de trabalho, um resultado inferior aos anos de 2004 (1.532.815) e 2007 (1.631.157). (NERI, 2009a)

⁵ O índice de Gini varia de 0 (zero) a 1 (um), quanto maior a renda, menor o índice e vice-versa. Se uma pessoa obtiver renda igual a zero, receberá o maior dos pesos. (NERI, 2008)

A situação em dezembro de 2009 a despeito da geração de empregos formais não é positiva devido à intensidade dos efeitos da crise no Brasil. Foram destruídos 414 mil empregos. Mesmo assim, este indicador foi melhor do que em dezembro de 2008.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) tem como objetivo delinear um perfil das condições de vida da população brasileira, mostrando informações sobre a composição dos gastos familiares e sobre a situação de vida da população. Para a POF 2002-2003, a coleta de dados foi feita entre julho de 2002 e julho de 2003, já para a POF 2008-2009 o período foi entre maio de 2008 e maio de 2009, nas áreas urbana e rural, de todo território brasileiro. (POF 2008-2009).

De acordo com os dados da POF o gasto com aluguel é o mais representativo dentre os selecionados para este estudo, sendo 13,59% da Despesa Média Total, enquanto o tópico “Prestação de imóvel” é o penúltimo colocado (0,96%), perdendo apenas para “Serviços Bancários” (0,80%). Em segundo lugar vêm a “Aquisição de Veículos”, com 6,38% do total dos gastos.

Observando as despesas gerais do povo brasileiro, a POF mostra que o investimento em bens duráveis aumentou de 14% em 2003 para 16% em 2009. Os gastos com habitação elevaram-se de 16% para 17% e os dispêndios com saúde e educação caíram de 13% para 11% (IPEA, 2013).

Notou-se que no período em questão as famílias inseridas na faixa de renda da classe média gastaram mais em reformas nos imóveis (2,32%) do que na aquisição destes bens. De qualquer forma, ambos fazem parte da elevação do ativo dos grupos familiares. Essas pessoas gastavam em 2002-2003 mais com impostos (3,20%) do que com eletrodomésticos (2,05%). Os Empréstimos e Carnês ocuparam 1,19% da média de gastos mensal.

Já a variação da Despesa Total (7,75) da seleção analisada cresceu um pouco menos do que a Despesa Média Total da POF (8,31%). A maior variação do período foi na aquisição de imóveis, de 74,72%, muito superior à variação dos alugueis que foi apenas de 13,28%. Os empréstimos e carnês expandiram 26,72%, e os eletrodomésticos tiveram um aumento similar de 24,02%. As contrações de gastos foram: os serviços bancários (-44,76%); prestação de imóvel (-20,47%); impostos (-9,95); reforma de imóvel (-8,11%); aquisição de veículos (-2,07%).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise *subprime* contaminou a economia brasileira, afetando os agentes econômicos dentro e fora da classe média. Os primeiros sinais negativos na economia brasileira foram no mercado financeiro, com a queda de 10 pontos percentuais na bolsa de valores no segundo semestre de 2008.

O fornecimento de crédito externo foi comprometido a partir da quebra do banco *Lehman Brothers*. Em resposta, o governo brasileiro definiu, principalmente, a redução do compulsório bancário para aumentar o fluxo de recursos interbancários.

No que tange às pessoas como agentes econômicos, podemos afirmar que as medidas mais relevantes foram: a redução dos impostos (desonerações fiscais); a flexibilização e facilitação do crédito; a redução dos juros; e o lançamento do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”.

Quanto às classes sociais, a crise financeira, no curto prazo (fim de 2008), pareceu afetar de forma mais intensa a camada mais rica da população, vinculada à indústria, finanças e segmentos exportadores. Os pobres perderam, em geral, menos que os ricos. Mesmo não sendo uma variável positiva, este fato reafirma a queda da desigualdade de renda. (NERI, 2009a).

De setembro a dezembro de 2008, a Classe C continuou a crescer, recebendo indivíduos da Classe AB, a única que apresentou retração no período (NERI, 2009b). A única queda sofrida pela classe média foi no período de dezembro/2008 a janeiro/2009 de 2,2%, retomando o crescimento logo depois.

O mercado interno nacional permaneceu aquecido. O engrandecimento da Classe C também em 2007, mesmo com a crise anunciada (expectativa de crise), foi notável. No período de setembro a dezembro de 2008, houve um agravamento da crise internacionalmente. No Brasil, apesar da retração de alguns indicadores, a situação manteve-se relativamente aquecida, principalmente em relação à outros países. (NERI, 2009)

No imediato pós-crise (setembro a dezembro de 2008) houve uma tranquilidade no bolso dos trabalhadores metropolitanos relacionados aos setores de menor renda, apesar da agitação dos mercados financeiros. (NERI, 2009b)

Porém, em meados de 2009 (janeiro e fevereiro) de acordo com dados da PME (que analisa apenas as seis principais regiões metropolitanas no Brasil), aproximadamente 760 mil pessoas das Classes AB e C retornaram à D e E. No mesmo período, os níveis de emprego e de desigualdade evidenciaram queda. Apesar da suave melhora de 2008 para 2009, o segundo

ano foi marcado pela perda de muitos postos de trabalho. A desigualdade que não aumentava desde 2003, aumentou em janeiro de 2009 (NERI, 2009b).

Neri (2010a) conclui que a crise não foi nem tão intensa nem tão branda. Do estouro da crise, no dia 15 de setembro de 2008 até a chegada nas séries da PME, houve uma defasagem de três meses e meio, sendo que um mês depois o cenário de queda começou a ser revertido.

A nova classe média e o seu consumo tornaram-se amortecedores da crise, pois compensaram a queda na exportação dos produtos nacionais como consequência da retração global de 2008 (NERI, 2009c), tanto pela sua força de consumo, que corresponde mais de 50% da população atualmente, quanto pelo impulso dado pelo governo.

A hipótese a respeito do consumo foi confirmada na elevação dos gastos com eletrodomésticos, aquisição de imóveis, e empréstimos e carnês. Na redução dos gastos confirmaram a hipótese inicial somente os itens impostos e serviços bancários. Diferente do esperado, a aquisição de veículos e a prestação de imóveis apresentaram queda, e o dispêndio com aluguel uma elevação.

Nas duas Pesquisas de Orçamentos Familiares o valor estudado que mais compromete a renda das famílias de classe média é o aluguel. O que menos compromete é o dispêndio com serviços bancários. A variação mais brusca observada de 2002-2003 para 2008-2009 foi a de aquisição de imóveis.

5. REFERÊNCIAS

- BARBOSA, N. SOUZA, J. A. P. de. **A inflexão do governo Lula: Política econômica, crescimento de distribuição de renda.** 2010.
- BARROS, R. et al. **A Nova Classe Média Brasileira: desafios que representa para a formulação de políticas públicas.** 2010.
- CRUZ, Elaine Patrícia. **Nova classe média brasileira tem renda entre R\$291 e R\$1019 familiar per capita, diz Governo.** 2012.
- MESSIAS, José Flávio. **O papel da nova classe média na economia brasileira.** 2013.
- NERI, Marcelo Cortês (Coord.) **A Nova Classe Média.** Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

NERI, Marcelo Cortês (Coord.) **Crônica de uma Crise Anunciada: Choques Externos e a Nova Classe Média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009^a.

NERI, Marcelo Cortês (Coord.) **Crônica da Crise: Ressaca e Resiliência Recentes**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009b.

SILVA, G. B. da. Critérios de estratificação social. **Revista Saúde Pública**, v. 15, p. 38-45, 1981.